

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.428.215 - SP (2019/0007276-2)

RELATOR : **MINISTRO LUIS FELIPE SALOMÃO**
AGRAVANTE : CIPASA DESENVOLVIMENTO URBANO S.A
AGRAVANTE : FLORESTAL INCORPORACOES LTDA
ADVOGADOS : GUSTAVO CLEMENTE VILELA - SP220907
GUSTAVO PINHEIRO GUIMARÃES PADILHA - SP178268
MARCELO PELEGRINI BARBOSA E OUTRO(S) - SP199877
PEDRO SCUDELLARI FILHO - SP194574
ANDERSON BARBOSA SILVA - SP330935
PILAR SALVADOR DE MORAES MELO - SP194575
GUILHERME LEITE DA CUNHA - SP365233
MAURÍCIO ROBERTTI NETO - SP398865
AGRAVADO : GERALDO COSTA JÚNIOR
AGRAVADO : JULIANA HELLMEISTER BELLORIO
ADVOGADOS : ALFREDO MAURIZIO PASANISI - SP154846
LUIS FERNANDO TEIXEIRA DE ANDRADE - SP242626
RODRIGO KARPAT - SP211136

DECISÃO

1. Cuida-se de agravo interposto por CIPASA DESENVOLVIMENTO URBANO S.A em face de decisão que não admitiu o seu recurso especial.

2. A irresignação não merece prosperar.

A parte agravante não rebate, de forma específica, clara e fundamentada, os argumentos da decisão agravada, notadamente a incidência da Súmula 7/STJ.

Essa circunstância obsta, por si só, a pretensão recursal, pois à falta de contrariedade, permanecem incólumes os motivos expendidos pela decisão recorrida.

Era esse o entendimento segundo a inteligência do disposto no inciso I, do § 4º, do art. 544 do Código de Processo Civil de 1.973, incluído pela Lei nº 12.322/2010, que tratava da sistemática dos agravos contra os despachos denegatórios dos recursos dirigidos a esta Corte e consigna ser dever do agravante atacar especificamente os fundamentos da decisão agravada, sob pena de não conhecimento de sua irresignação. Nesse sentido: AgRg no Ag 1270282/RS, Rel. Min. Paulo de Tarso Sanseverino, Terceira Turma, DJe 17/02/2012 e AgRg no Ag 1327361/MG, Rel. Ministra Maria Isabel Gallotti, Quarta Turma.

E continua a ser esse o entendimento na vigência do Novo Código de Processo Civil, ao estipular que o relator não deve conhecer de recurso que não tenha impugnado especificamente os fundamentos da decisão recorrida (art. 932, III, Novo CPC).

Ressalte-se que o art. 253, parágrafo único, I, do RISTJ também estabelece como ônus do agravante a impugnação a todos os fundamentos da decisão recorrida, sob pena de ver o seu agravo não conhecido.

3. Ante o exposto, não conheço do agravo.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 08 de fevereiro de 2019.

MINISTRO LUIS FELIPE SALOMÃO

Relator

